



CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA

DIRETORIA

Processo N.º 12.265 de 1989

Promoventes: Roberto Mauro Borges

Natureza: Projeto de Lei nº 34/89

Assunto: Autoriza dispensa de servidor público municipal, responsável por pessoas portadora de deficiência, de parte da jornada de trabalho.

ANDAMENTO

Em 03 de setembro de 1989	C. de JUSTICA	Ar. Vereador Celso de Cassara	Ar. Vereador José M. Campy	Secretaria da Câmara Municipal
Ass. J. M. Klages	04/10/89		16/10/89	19/10/89
Aprovado por unanimidade em 1ª votação.				
Aprovado em 2ª votação por unanimidade.				

OBSERVAÇÕES:

Arquivado em _____


DIRETOR DA SECRETARIA

PROJETO DE LEI Nº 34/89

"AUTORIZA DISPENSA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, RESPONSÁVEL POR PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO".

- Artigo 1º - Fica assegurado ao Servidor Público Municipal que seja genitor, curador ou responsável pela criação, educação e proteção de pessoa portadora de deficiência, o direito de ser dispensado do cumprimento de até metade da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração respeitada a conveniência da administração municipal.
- Artigo 2º - A autorização será concedida pelo prazo máximo de 01 (um) ano podendo ser renovada, sempre mediante a oitiva da Comissão de Integração de Deficiente.
- Artigo 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa portadora de deficiência, de qualquer idade, que seja dependente sócio-educacional do Servidor Municipal, necessitando de tratamento especializado, em condições especiais de atenção e educação.
- Artigo 4º - Aplicam-se as disposições desta Lei ao pessoal da administração direta e indireta do Município.
- Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02 de Outubro de 1.989


Roberto Mauro Berges
-Vereador-

PROTÓCOLO
DOC. Nº 12 265/89
02/10/89

Titular do Secretário

J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente proposição pelo relevante valor social que apresenta, considerando-se as características diferenciadas de atenção que exigem o cuidado de certas pessoas portadoras de deficiência. Pessoas que com o tratamento e acompanhamento correto podem ser inseridas no contexto regular da sociedade, por vezes afastadas desta pela falta de seus entes familiares e/ou responsáveis junto ao tratamento de reabilitação.

Por sua vez, as pessoas que têm esses deficientes sob sua tutela, acabam por terem prejuízo no exercício de suas funções, trabalhando de forma intranquila, com sua preocupação voltada para aquele que deixou, sabendo-se lá em que condições, necessitando de seus cuidados e atenção.

Sala das Sessões, em 02 de Outubro de 1.989


Roberto Mauro Borges
-Vereador-



CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA Comissão de Justiça e Redação

Processo n.º 12.265

Parecer n.º

Projeto de Lei nº 34/89

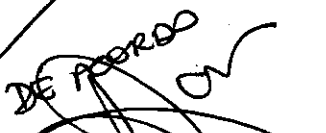
Assunto: Autoriza a dispensa de servidor público municipal responsável por pessoa portadora de deficiência, de parte da jornada de trabalho.

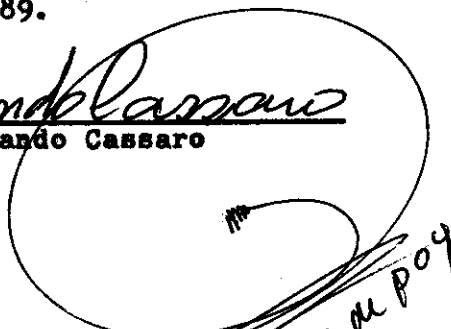
O presente projeto de Lei é legal e /
constitucional.

Somos portanto favoráveis à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de Outubro
de 1.989.


Orlando Cassaro


VEREADOR


CAMPOY